Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL

PREGÃO

ELETRÔNICO

N° 050/2026

Processo unificado nº BJI-030214/000123/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/10/2026

Hora:09 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:MENOR PREÇO

MODELO DE DISPUTA:ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:SIM
AMPLA CONCORRÊNCIA: 1,5,7,8,10,12,14 e 16

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.727.081,7460 (UM MILHÃO SETECENTOS E VINTE E SETE MIL OITENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

Sumário

1. DO OBJETO. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS. 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO. 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, ClASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO. 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO. 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 22
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 23
11. DOS RECURSOS. 23
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 24
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO. 28
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 29
15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. 30
16. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 30
18. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA. 30

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO – RP Nº 050/2026.

(Processo Administrativo n° BJI-030214/000123/2026)

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**,situada à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ –, Telefone nº (22) 3833-9200 , realizará licitação,para **registro de preços**, na modalidade PREGÃO nº 050- 2026, na forma ELETRÔNICA, modelo de disputa **ABERTO,** critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1- A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itensfor de seu interesse.

1.2- Havendo divergência entre a descrição do Compras.Gov e a descrição do edital prevalecerá a descrição do edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal(www.gov.br/compras).

3.1-1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Somente os itens **1, 5, 7, 8, 10, 12, 14 e 16** são de ampla concorrência. Conforme modelo da proposta.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6- Não poderão disputar esta licitação:

3.6-1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6-2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6-3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6-4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6-5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6-6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6-7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6-8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6-9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6-10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7- O impedimento de que trata o item 3.6-4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8- O critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6-2 e 3.6-3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10- O disposto nos itens 3.6-2 e 3.6-3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11- Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12- A vedação de que trata o item 3.6-8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1- **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3- Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.5.2 e 8.16.2 deste Edital.

4.4- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4-1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4-2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4-3. não possuiempregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4-4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6-1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6-2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7- A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4- ou 4.6- sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11- Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11-1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11-2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12-1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12-2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado

o critério de julgamento por maior desconto.

4.13- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11- possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5 . 1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, em conformidade com o modelo do anexo IV, dos seguintes campos:

5.1-1. Valor unitário e anual ou total do item;
5.1-2. Marca;
5.1-3. Fabricante; (quando pertinente ao objeto).
*5.1.4. Quantidade cotada,*devendo ser respeitado o quantitativo de cada lote.
5.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2-1. *O licitante [NÃO] poderá* oferecer*proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5 . 3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5 . 4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7- Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5 . 8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8-1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)**dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8-2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8-3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5 . 9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes

consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10- Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11- Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5- O lance deverá ser ofertado pelo **valor do Item**.

6.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7- O licitante somente poderá oferecer lance *de valorinferiorou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser*de R$ 0,01 (um centavo)*.

6.9- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10- *O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado*no preâmbulo.

6.11- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11-1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11-2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11-3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11-4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar

for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11-5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12- **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

6.12-1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12-2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12-3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12-4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12-5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13- **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa**"FECHADO E ABERTO", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13-1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13-, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13-2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13-3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13-4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13-5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13-6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13-7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor

lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19-1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19-2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19-3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19-4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20- Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20-1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20-1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20-1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20-1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20-1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20-2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20-2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20-2.2. empresas brasileiras;

6.20-2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20-2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Não seráadmitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21-1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21-2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21-3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21-4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (com valor unitário de cada item pertencente ao lote), após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21-5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6- do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1-1. SICAF;

7.1-2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1-3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3-1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3-2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3-3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de

participação.

7.4- Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item4.6- deste edital.

7.6- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7- Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7-1. Inexiste para o objeto licitado acordos, dissídios ou convenções coletivas;

7.7-2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8- Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8-1. contiver vícios insanáveis;

7.8-2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8-3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8-4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8-5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9-1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9-1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9-1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10- Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10-1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10-2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.10-3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10-4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta

7.12- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12-1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12-2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12-3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12-4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12-5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preçoe que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13-1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13-2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15- Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16- Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante

será recusada.

7.19- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).

e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outraequivalente, na forma da lei.

f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de DébitosTrabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei n° 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST n° 1470/2011.

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**.

b)**balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b-1 - Comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa mediante a aplicação das seguintes fórmulas e obtendo como resultado o valor de >= 1,0, sendo o RESULTADO MÍNIMO: LG >= 1,0 / SG >= 1,0 / LC >= 1,0.

8.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.3 - Atestado de Capacidade Técnica Operacional (Qualificação Técnico-Operacional): apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviço compatíveis com o objeto licitado, nos termos do artigo 67, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.4.4. Para os itens cujo objeto é locação de caçambas estacionárias, o licitante vencedor deverá apresentar no ato da assinatura do contrato:

a) Licença Ambiental de Operação (LAO) válida, emitida pelo órgão ambiental competente, relativa à unidade de triagem, transbordo ou destinação final dos resíduos, em nome do licitante ou do local receptor indicado;

b) Comprovação de autorização ou cadastro municipal para o transporte e alocação de caçambas em vias públicas.

8.5. **DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS**

8.5.1. Declarações com preenchimento em campo próprio do sistema, atestando que:

a) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. (quando for o caso)

b) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

e) Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei n° 14.133/21.

f) Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4° e seguintes, todos do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

g) A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n˚14.133/21.

h) A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.

8.5.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderáser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.6 Quando permitida aparticipação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.2 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.15.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões

constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.3 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.2 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.3 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.18.2 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.3 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.2.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação,será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatárioconcordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.1 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.1.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.1.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.1.5 deixar de apresentar amostra;

12.1.1.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

12.1.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

12.1.6 praticar fraude no certame ou na execução;

12.1.7 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

12.1.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10 praticar atos lesivo previstos no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.1.11 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.12 advertência;

12.1.13 multa;

12.1.14 impedimento de licitar e contratar com a Administração Púbica do Município, por até 3 (três) anos;

12.1.15 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

12.3 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05%

(cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

8.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

12.4 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025; as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência.

12.5 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ***pelo seguinte email:contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br***.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes.

14.11. A plataforma do Compras.gov.br, através do chat ("Mensagens") é o canal oficial de comunicação em tempo real durante a sessão pública.

14.11.1- Sem prejuízo das comunicações realizadas via sistema, os licitantes poderão utilizar em caráter **auxiliar** ou em casos de **indisponibilidade técnica devidamente comprovada**, o endereço de e-mail **contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br** para o envio de dúvidas ou comunicações urgentes ao pregoeiro.

14.11.2- Na hipótese de falha sistêmica que impeça o uso dos campos "Mensagens" ou "Quadro Informativo", as orientações sobre o certame serão encaminhadas aos licitantes por meio do e-mail institucional supracitado, cabendo aos interessados a manutenção de seus dados atualizados no Sistema de Compras do Governo Federal.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

9. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (DOC SEI 00318484)
10. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA

Bom Jesus do Itabapoana ,xx de xxx de 2026

_____

Leonardo Degli Esposti Garcia

Secretario Municipal de Administração

Portaria nº 260/2025

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (DOC SEI 00318484)

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

-

Descrição: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS,** para atender as demandas das secretarias municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, conforme especificações técnicas e quantitativos previstos no Estudo Técnico Preliminar Unificado.
Modalidade:
Pregão Eletrônico

Tipo de Registro:

Sistema de Registro de Preços (SRP)

O prazo de vigência desta contratação será de 12 meses, com contagem iniciada a partir do primeiro dia útil subseqüente à respectiva publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme estabelecido no Art. 183 e em observância aos termos do Inciso I, Art. 174 da Lei Federal 14.133/2021. A ARP (Ata de Registro de Preço) poderá ser prorrogada, por igual período, mediante concordância do contratado e da comprovação de que os preços registrados sejam vantajosos, em consonância com o disposto no Art. 84 da referida lei.

Consoante ao Art. 82, Inciso VI e Art. 84, os preços registrados nesta contratação serão fixos e irreajustáveis durante o 1° período de vigência da ARP. Quando da prorrogação, poderá, única e exclusivamente, ser aplicado o índice de correção inflacionária IPCA (IBGE), considerando-se o valor de reajuste relativo ao período de 1 ano anterior disponibilizado pelo IBGE, com renovação de quantitativo. Isto, contudo, não excluirá a necessidade de comprovação prévia da vantajosidade dos preços atualizados, em atendimento ao Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.1 – QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

QUANTITATIVOS de LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS de diversas Secretarias do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ - 2026							
ITEM	**CATMAT**	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**INFRAEST.**	**DEFESA CIVIL**	**EDUCAÇÃO**	**QUANT. TOTAL**
1	25640	Locação de caçambas com capacidade mínima de 4,0 m³.	Unid.	800	800	200	1.800
2	342207	Locação de betoneira 400L, 2CV, 220V.	Dia	1.000	-	350	1.350
3	481450	Locação de martelete rompedor 10 kg.	Dia	400	400	100	900
4	481450	Locação de martelete rompedor 16 kg.	Dia	80	80	20	180

5	468618	Locação de andaime tubular metálico, medida aproximada de 1,00 x 1,50 m.	Dia	60.000	60.000	15.000	135.000
6	468618	Locação de roda para andaime tubular metálico.	Dia	1.600	1.600	-	3.200
7	1767	Locação de escora metálica para lajes e/ou vigas, regulável de 2,0 m a 3,7 m.	Dia	32.000	32.000	10.000	74.000
8	487734	Locação de motosserra.	Dia	800	800	-	1.600
9	603376	Locação de roçadeira tipo nakashi de guidão.	Dia	1.040	-	300	1.340
10	486483	Locação de compactador liso para terraplenagem, vibratório.	Dia	920	-	50	970
11	601914	Locação de lavadora de alta pressão, 1800 psi, vazão 360 L/h.	Dia	920	920	50	1.890
12	21679	Locação de gerador elétrico.	Dia	800	800	100	1.700
13	19828	Locação de maquitão para corte em madeira de 10 cm.	Dia	1.000	1.000	-	2.000
14	19828	Locação de serra clip para corte de 14 cm em asfalto e concreto.	Dia	920	-	-	920
15	19828	Locação de placa vibratória 212 cilindradas.	Dia	1.000	-	-	1.000
16	19828	Locação de vibrador 220V, 2200W.	Dia	1.000	1.000	-	2.000

A planilha de pesquisa de estimativa do valor médio total dos itens foi realizada pelo setor de compras.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA USO DO SRP (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

As aquisições futuras visam suprir demanda dos setores vinculados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS, para atender necessidades das Secretarias Municipais acima relacionadas, se faz necessária para os interesses e as necessidades operacionais de três pastas municipais distintas, representadas pela **Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos**, pela **Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil** e pela **Secretaria Municipal de Educação**.

A **Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos** possui atribuição permanente voltada à conservação de pavimentos asfálticos e de paralelepípedos, manutenção preventiva e corretiva de edifícios públicos, contenção de taludes, serviços de drenagem pluvial e conservação de calçamentos. O cumprimento destas tarefas contínuas e o enfrentamento de situações climáticas severas dependem diretamente da disponibilidade imediata de equipamentos de demolição, compactação, transporte de resíduos e ferramentas de jardinagem.

A **Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil**, por sua vez, atua de forma permanente e emergencial em fiscalizações, ordenamento urbano, apoio a operações de segurança, prevenção e resposta a

desastres naturais, como enchentes, deslizamentos, quedas de barreiras e vendavais, além de interdições de áreas de risco e remoção de entulhos. Para a execução destas atividades, faz-se indispensável dispor de equipamentos para demolições pontuais, escoramento estrutural, trabalho em altura, corte de elementos caídos e limpeza de áreas afetadas por intempéries.

A **Secretaria Municipal de Educação**, a necessidade decorre do atendimento das rotinas operacionais vinculadas às unidades escolares e às estruturas administrativas da Secretaria, com utilização eventual e parcelada de equipamentos voltados a apoio operacional, manutenção, intervenções pontuais, trabalho em altura, remoção de resíduos e suporte material às demandas correntes da rede municipal de ensino.

A falta desses instrumentos e maquinários paralisa as frentes de trabalho das secretarias, atrasa a prestação de serviços essenciais, impede a rápida mitigação de riscos estruturais ou climáticos e expõe a população local a perigos físicos e de tráfego. A unificação das demandas em um único certame atende ao interesse público e otimiza o uso dos recursos municipais.

O processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço (SRP) por intermedio do Pregão eletrônico, sistema que faz-se mais vantajoso podendo viabilizar contratações conforme necessidades existentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a presente é assegurar o fornecimento contínuo e padronizado das futuras e eventuais LOCAÇÕES DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS às unidades administrativas vinculadas às secretarias supracitadas, atendendo às demandas operacionais com regularidade e qualidade. A adoção do SRP possibilita o fracionamento das entregas, otimização logística e maior eficiência orçamentária, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Em relação à eficácia, o atendimento das demandas atenderá para suporte diário das atividades dos órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Quanto à eficiência visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos, para o bom andamento dos setores administrativos das secretarias e orgãos participantes.

A aquisição tem fundamento no Estudo Técnico Preliminar Unificado, que identificou a necessidade consolidada das secretarias demandantes, justificando a adoção de pregão eletrônico com SRP para permitir contratações parceladas, frequentes e vantajosas. A medida visa garantir regularidade no fornecimento, economicidade, competitividade e eficiência administrativa, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

O licitante deve proporcionar a entrega dos itens constantes no Termo de Referência, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

O fornecimento **será requisitado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas e começará a fluir a partir da solicitação.**

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de locação de ferramentas, andaimes e caçambas estacionárias, sob demanda, visando atender às necessidades de manutenção preventiva, corretiva, reformas, pequenos reparos e demais serviços executados pela Administração.

A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.1. Requisitos Gerais

· Disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança.

· Atendimento às especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

· Fornecimento dos equipamentos conforme demanda da Administração, sem obrigação de consumo mínimo.

· Entrega e retirada dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos.

· Substituição imediata dos equipamentos que apresentarem defeitos, avarias ou condições inadequadas de utilização.

· Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos sob responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração, exceto quando comprovado mau uso pelo contratante.

4.2. Requisitos para Ferramentas

· Ferramentas elétricas, hidráulicas, pneumáticas ou manuais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento.

· Equipamentos deverão possuir dispositivos de segurança compatíveis com as normas vigentes.

· Cabos elétricos, extensões, proteções e acessórios deverão estar íntegros e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

· Sempre que aplicável, deverão acompanhar os acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

4.3. Requisitos para Andaimes

· Andaimes metálicos deverão atender às normas técnicas e de segurança do trabalho vigentes.

· Componentes estruturais deverão estar livres de deformações, corrosão excessiva, soldas comprometidas ou quaisquer defeitos que comprometam sua estabilidade.

· Fornecimento de todos os componentes necessários para montagem, incluindo quadros, diagonais, plataformas, rodapés, guarda-corpos, escadas, sapatas e demais acessórios, quando solicitados.

· Os equipamentos deverão permitir montagem segura e estabilidade durante sua utilização.

4.4. Requisitos para Caçambas Estacionárias

· As caçambas deverão apresentar boas condições estruturais, sem perfurações, deformações excessivas ou vazamentos.

· Deverão estar devidamente identificadas conforme a legislação de trânsito e ambiental aplicável.

· A contratada deverá realizar a coleta, transporte e destinação final dos resíduos em local ambientalmente licenciado, observando toda a legislação ambiental vigente.

· Sempre que solicitado, deverá fornecer comprovante da destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

4.5. Requisitos Operacionais

· Atendimento às solicitações emitidas pela Administração durante a vigência contratual.

· Possibilidade de fornecimento simultâneo de diferentes tipos de equipamentos.

· Disponibilidade para atendimento de demandas emergenciais, quando justificadas pela Administração.

· Comunicação com preposto designado pela contratada para acompanhamento da execução contratual.

4.6. Requisitos de Qualificação Técnica

A futura contratada deverá demonstrar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante apresentação dos documentos exigidos no edital, podendo ser solicitados:

· Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

· Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto compatível em características e complexidade.

· Licenças e autorizações exigidas pela legislação para transporte e destinação de resíduos, quando relacionadas às caçambas estacionárias.

4.7. Requisitos Ambientais e de Sustentabilidade

A execução contratual deverá observar práticas ambientalmente sustentáveis, incluindo:

· Destinação ambientalmente adequada dos resíduos transportados pelas caçambas.

· Manutenção dos equipamentos visando redução de emissões e consumo de combustíveis.

· Atendimento à legislação ambiental, trabalhista e de segurança do trabalho vigente.

· Sempre que possível, utilização de equipamentos em bom estado de conservação, contribuindo para maior eficiência operacional e menor impacto ambiental.

4.8. Requisitos de Segurança

· Os equipamentos deverão atender às normas regulamentadoras aplicáveis relativas à segurança do trabalho.

· A contratada será responsável por fornecer equipamentos em condições seguras de utilização.

· Sempre que exigido pelas normas técnicas, deverão ser disponibilizados manuais de operação, orientações de uso e certificados pertinentes.

4.9. Forma de Execução

· A contratação será realizada por demanda, conforme necessidade da Administração.

· O pagamento ocorrerá apenas pelos equipamentos efetivamente locados e pelos períodos efetivamente utilizados.

· Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral.

4.10. Local de entrega e horários constam no item 5 deste Termo de Referência.

4 . 1 1 . Os requisitos foram definidos pelas Secretaria Municipais participantes, considerando especificações técnicas dos produtos. A contratação deverá observar os requisitos previstos na legislação em vigor, inclusive os de sustentabilidade.

4 . 1 2 . Será rejeitado no todo ou em parte o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas no TR. O descumprimento dos prazos acima implicará na aplicação das sanções previstas no edital do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 **O prazo de entrega/execução será de 24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da solicitação.

Os produtos deverão ser entregues nas secretarias solicitantes, sendo:

a. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, localizada na Rua José Bastos Borges, nº 704, Pimentel Marques, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, em dias úteis, das 8h às 16h, ou em outro local indicado formalmente pela Secretaria, conforme a natureza da demanda.

b. Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, situada à Rua Expedicionário Paulo Moreira nº 67, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, em dias úteis, no horário de 08h às 17h, ou em outro local indicado formalmente pela Secretaria, conforme a natureza da demanda.

c. Secretaria Municipal de Educação, deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação – SEME (FME) e/ou Unidades Escolares Municipais, conforme demanda e endereços do ANEXO II, em dias úteis e no horário de expediente.

ANEXO II – UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO

LOGÍSTICA DE ENTREGA

ZONA URBANA

E. M. Dr. Francisco Baptista de Oliveira

Endereço: Rua José Bastos Borges, n° 800 – Bairro Pimentel Marques, TEL: (22) 3831-4395

E. M. Benemérito Dr. Cid Bastos Borges

Endereço: Rua São José do Calçado, n°239 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-1715 (APAE)

E. M. Olívio Bastos/Creche Tia Zirinha

Endereço: Rua Assu Teixeira Borges, nº 52 – Bairro Conj. Habitacional Jorge Assis de Oliveira, TEL: (22) 3831-9117

E. M. Profª. Ottília Vieira Campos/Creche Tia Zizinha

Endereço: Rua Gonçalves da Silva, n° 939 - Bairro Santa Rosa, TEL: (22) 3831-6724

E. M. Anacleto José Borges

Endereço: Av. Gov. Roberto Silveira, nº 702 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-0983

C. E. I. Amélia Seródio Garcia

Endereço: Rua Josino Garcia de Figueiredo, nº 1460 – Bairro Santa Terezinha, TEL: (22)3831-2377

E. M. Mariquinha Batista de Oliveira

Endereço: Av. Gov. Roberto Silveira, s/nº - Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-5460

Jardim de Infância Municipal Nair Fassbender Ferolla

Endereço: Rua Exp. João Soares Pimentel, n°78 – Bairro Pimentel Marques, TEL: (22) 3831-4569

Creche Tia Ângela

Endereço: Rua Silva Pinto, nº 166 – Bairro Centro, TEL: (22)3831-1745

C. E. I. Criança Feliz

Endereço: Rua Natividade, nº 216 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 998161593

Creche e Pré-Escola Municipal Tia Belinha

Endereço: Rua Eneas Primo da Silva, s/nº – Bairro Monte Calvário, TEL: (22) 3831-7074

E. M. José Bonifácio

Endereço: Rua Josino Garcia de Figueiredo, nº 1640 – Bairro Santa Terezinha, TEL: (22) 3831-4864

E. Municipalizada Sebastião Pimentel Marques

Endereço: Rua Aristides Figueiredo, 962, TEL: (22) 3831-9010

Secretaria Municipal de Educação (SME)

Endereço: Rua Aristides Figueiredo, nº 109, Centro, TEL: (22) 99985-2406

Creche da Pró infância Tipo C – João de Souza Pires

Endereço: Rua José Luiz de Carvalho, s/nº, Bairro S. Pimentel Marques, Loteamento Isaias. TEL: (22) 3831-6121

CEIM Hidete Couto de Oliveira (Tia Detinha)

Endereço: Rua Gonçalves da Silva, 75, Centro, TEL: Não Possui

ZONA RURAL DE DIFÍCIL ACESSO

1º DISTRITO (USINA SANTA IZABEL)

E. M. Prof. Paulo Sérgio do Canto Cyrillo

Endereço: Nova Bom Jesus - 1° Distrito, TEL: (22) 3835-1560

E. M. Manoel da Penha

Endereço: Rua F, n°40 – Nova Bom Jesus - 1° Distrito, TEL: (22) 3835-1596

E. M. São Sebastião

Endereço: Arraial São Sebastião, Bom Jardim - 1° Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui

E. M. Sesmaria

Endereço: Sesmaria - 1° Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui

2º DISTRITO (CALHEIROS)

E. M. Astrogildo de Paula Torres

Endereço: Arraial Novo – Calheiros, 2º Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui

Escola Municipalizada Coronel Luiz Vieira

Endereço: Praça Humberto Bartholazzi, n°80 – Calheiros, TEL: (22) 3832-0936

Escola Municipal Lagoa

Endereço: Sítio Bonfim – Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui

Escola Moretezon Pessoa de Mello

Endereço: Arraial Novo - Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui

E. M. São Geraldo Magela

Endereço: Fazenda Cachoeirão – Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui

3º DISTRITO (ROSAL)

E. M. Luiz Tito de Almeida

Endereço: Avenida Francisco Diniz, n°595 – Rosal, TEL: (22) 3832-1121

Escola Monte Alegre

Endereço: Água Limpa - Distrito de Rosal (Zona Rural), TEL: Não Possui

E. M. Augusto Degli Esposti

Endereço: Sítio Água Limpa – Distrito de Rosal (Zona Rural), TEL: Não Possui

4º DISTRITO (CARABUÇU)

E. M. Liberdade

Endereço: Rua Cel. Alfredo Portugal – Carabuçu, TEL: (22) 3835-1223

E. M. Luzia Gomes Freire

Endereço: Mutum de Cima - Distrito de Carabuçu (Zona Rural), TEL: Não Possui

E. M. Nair Henriques Ignácio

Endereço: Mutum de Baixo Distrito: Carabuçu, TEL: Não Possui

5º DISTRITO (PIRAPETINGA)

E. M. Prof°. Iracema Seródio Boechat

Endereço: Rua Frederico Lengruber, s/nº - Pirapetinga, TEL: (22) 3832-0585

E. M. João Catarina

Endereço: Praça João Catarina, s/nº - Pirapetinga, TEL: (22) 3832-0585

6º DISTRITO (SERRINHA)

E. M. Edson Ananias

Endereço: Rua São José, s/nº - Serrinha, TEL: (22)3835-0109

E. M. José Epifânio de Oliveira

Endereço: Usina Santa Maria, TEL: Não Possui

7º DISTRITO (BARRA DO PIRAPETINGA)

E. M. Francisco Borges Sobrinho

Endereço: Rua José de Oliveira Valim, s/nº - Barra do Pirapetinga, TEL: (22)3832-0458

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os itens acima serão utilizados como limite máximo para registro de preços, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5.6 Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

5.7 Registramos que as especificações dos itens que prevalecerá será obrigatoriamente a deste termo de referência, em razão do catálogo de materiais – CATMAT não possuir as especificações completas dos itens conforme necessidade do Município.

6. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O presente TR contempla o **órgão gerenciador** (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ) e **órgãos participantes internos** (secretarias listadas nos processos administrativos citados, a saber:
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil; Secretaria Municipal de Educação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21).

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº

14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.8 A presente ata/contrato para aquisição terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. O prazo foi definido considerando o planejamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ que procederá as aquisições por meio de empenho para entrega imediata.

7.9 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato.

7.10 A transição contratual e transmissão de conhecimento não se aplicam nessa aquisição, por se tratar de materiais que não demandem treinamento ou algo similar.

7.11 Os materiais especificados neste Termo de Referência serão fornecidos de acordo com a demanda das Secretarias Municipais, mediante apresentação de empenho.

7.12 Será rejeitado todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste termo. O descumprimento dos prazos acima implicará na aplicação das sanções administrativas previstas no Edital.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Critérios de medição

8.1.1. A medição será realizada mensalmente, ou em período diverso quando assim estabelecido pela Administração, tendo como referência a **efetiva disponibilização dos equipamentos, ferramentas, andaimes e caçambas estacionárias**, de acordo com os quantitativos e preços unitários estabelecidos no contrato.

8.1.2. Considerando a natureza do objeto, caracterizado como **locação de bens e equipamentos**, a unidade de medição será a **diária**, entendida como o período de 24 (vinte e quatro) horas de efetiva disponibilidade do equipamento para utilização pelo CONTRATANTE, ressalvadas as condições específicas estabelecidas para cada item no Termo de Referência.

8.1.3. A contagem da diária terá início a partir da **efetiva entrega e disponibilização do equipamento, ferramenta, andaime ou caçamba**, em condições adequadas de funcionamento, utilização e segurança, no local previamente indicado pelo CONTRATANTE, mediante registro formal de entrega e aceite pelo responsável designado.

8.1.4. Quando a execução do objeto envolver montagem, instalação, posicionamento ou qualquer procedimento necessário à disponibilização do equipamento para uso, a contagem da diária somente terá início após a conclusão desses procedimentos, quando de responsabilidade da CONTRATADA, e a efetiva liberação do equipamento para utilização.

8.1.5. Para os andaimes, a contagem do período de locação terá início após a conclusão da montagem, quando esta for de responsabilidade da CONTRATADA, e após a liberação para utilização pelo CONTRATANTE, observadas as condições de segurança e as especificações contratadas.

8.1.6. Para as caçambas estacionárias, a contagem da diária terá início a partir da efetiva colocação da caçamba no local indicado pelo CONTRATANTE, em condições de utilização, mediante registro de entrega contendo, no mínimo, a identificação da caçamba, data, horário e local de disponibilização.

8.1.7. Para as ferramentas e demais equipamentos, a contagem da diária terá início a partir da entrega e disponibilização em condições adequadas de funcionamento e utilização, mediante registro de entrega.

8.1.8. O término da contagem das diárias ocorrerá na data e horário em que o equipamento, ferramenta, andaime ou caçamba for efetivamente retirado pela CONTRATADA, mediante registro de retirada, salvo quando houver regra específica prevista neste Termo de Referência ou no contrato.

8.1.9. Os registros de entrega e retirada deverão ser assinados pelo representante da CONTRATADA e pelo responsável indicado pelo CONTRATANTE, podendo ser realizados por meio físico ou eletrônico, desde que assegurada a identificação dos responsáveis, a data, o horário e a integridade das informações.

8.1.10. A medição deverá considerar exclusivamente os períodos em que os bens locados permanecerem **efetivamente disponíveis para utilização**, não sendo devidas diárias relativas a períodos de indisponibilidade decorrentes de defeitos, falhas, avarias ou outros problemas cuja responsabilidade seja atribuível à CONTRATADA.

8.1.11. A CONTRATADA deverá apresentar, para cada período de medição, **demonstrativo detalhado das diárias**, contendo, no mínimo:

a) identificação do item locado;

b) quantidade disponibilizada;

c) identificação individual do equipamento, quando aplicável;

d) data e horário de início da disponibilidade;

e) data e horário de término da disponibilidade;

f) quantidade de diárias apuradas;

g) períodos de eventual indisponibilidade;

h) substituições realizadas, quando houver;

i) quantidade de diárias efetivamente faturáveis; e

j) valor total correspondente à medição.

8.1.12. O demonstrativo deverá ser acompanhado dos respectivos **registros de entrega, retirada, ocorrência de defeitos, indisponibilidade e substituição**, quando aplicáveis.

8.1.13. A ausência de documentação suficiente para comprovar a efetiva disponibilização do equipamento poderá ensejar a devolução da medição para correção ou a glosa da parcela não comprovada.

8.2. Da indisponibilidade dos equipamentos e da substituição

8.2.1. Os equipamentos, ferramentas, andaimes e caçambas deverão permanecer durante todo o período de locação em condições adequadas de uso, funcionamento, conservação e segurança, de acordo com sua finalidade e com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

8.2.2. Constatada falha, defeito, avaria ou qualquer condição que impeça ou comprometa a utilização do equipamento, a CONTRATADA deverá ser imediatamente comunicada pelo Fiscal do Contrato ou responsável designado.

8.2.3. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o **reparo ou a substituição do equipamento**, observando o prazo máximo estabelecido no contrato ou, na ausência de prazo específico, aquele definido pelo Fiscal do Contrato de acordo com a natureza e a urgência da ocorrência.

8.2.4. O equipamento disponibilizado em substituição deverá possuir características e capacidade compatíveis com o equipamento originalmente contratado, não podendo sua substituição acarretar qualquer custo adicional ao

CONTRATANTE.

8.2.5. O período compreendido entre a constatação da indisponibilidade e o efetivo restabelecimento das condições de uso ou a substituição do equipamento **não será considerado para fins de cobrança**, quando a indisponibilidade decorrer de fato imputável à CONTRATADA.

8.2.6. O período de indisponibilidade deverá ser formalmente registrado pelo Fiscal do Contrato, indicando-se a data e o horário de início da ocorrência e a data e o horário do restabelecimento da disponibilidade ou da substituição.

8.2.7. Na hipótese de substituição, não será iniciada nova contagem de diária para o equipamento substituto quando a substituição decorrer de defeito, falha ou inadequação do equipamento originalmente disponibilizado pela CONTRATADA.

8.2.8. Caso a CONTRATADA não providencie o reparo ou a substituição no prazo estabelecido, o CONTRATANTE poderá promover a **glosa das diárias correspondentes ao período de indisponibilidade**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando configurado o inadimplemento contratual.

8.2.9. Não haverá desconto ou suspensão da medição quando a indisponibilidade decorrer de utilização inadequada, dano ou avaria comprovadamente causada pelo CONTRATANTE, seus servidores, agentes ou terceiros sob sua responsabilidade, desde que a ocorrência seja devidamente registrada e comprovada.

8.3. Da medição e do ateste

8.3.1. A medição será realizada pelo Fiscal do Contrato, com base nos registros de entrega e retirada, no demonstrativo de diárias apresentado pela CONTRATADA e nas demais informações relacionadas à execução do objeto.

8.3.2. Caberá ao Fiscal do Contrato verificar:

a) a efetiva disponibilização dos equipamentos contratados;

b) a quantidade de equipamentos disponibilizados;

c) as datas e horários de início e término da locação;

d) a quantidade de diárias efetivamente prestadas;

e) a ocorrência de períodos de indisponibilidade;

f) as substituições eventualmente realizadas;

g) a existência de equipamentos que tenham sido retirados antes do período previsto;

h) a compatibilidade dos valores apresentados com os preços unitários contratados; e

i) a regularidade da documentação apresentada pela CONTRATADA.

8.3.3. Após a conferência, o Fiscal do Contrato elaborará ou validará a medição e, estando a execução em conformidade com as condições contratuais, realizará o **ateste da Nota Fiscal/Fatura e da respectiva medição**, encaminhando o processo para liquidação e pagamento.

8.3.4. A existência de divergências na medição deverá ser comunicada à CONTRATADA para que proceda à correção dos documentos apresentados, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade pela execução inadequada.

8.3.5. O ateste da medição não implica aceitação de irregularidades posteriormente identificadas, permanecendo a CONTRATADA responsável pela adequada execução do objeto durante toda a vigência contratual.

8.4. Critérios para pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, desde que:

a) a execução do objeto tenha sido devidamente medida e atestada pelo Fiscal do Contrato;

b) a Nota Fiscal/Fatura esteja corretamente emitida;

c) a documentação exigida para a liquidação da despesa esteja regular; e

d) não existam pendências que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa.

8.4.2. O valor a ser pago corresponderá às **diárias efetivamente disponibilizadas e apuradas na medição**, multiplicadas pelos respectivos preços unitários contratados, deduzidos os valores correspondentes a períodos de indisponibilidade, equipamentos não disponibilizados, diárias não comprovadas ou quaisquer outras parcelas indevidas identificadas durante a fiscalização.

8.4.3. O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da documentação comprobatória da execução e da medição, especialmente o demonstrativo de diárias e os registros de entrega e retirada.

8.4.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo:

a) identificação da CONTRATADA;

b) número do contrato ou instrumento equivalente;

c) período correspondente à medição;

d) descrição dos equipamentos locados;

e) quantitativo de diárias;

f) preço unitário;

g) valor total da medição; e

h) demais informações fiscais exigidas pela legislação aplicável.

8.4.5. A CONTRATADA deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura os dados bancários necessários à realização do pagamento, quando exigidos pelo CONTRATANTE.

8.4.6. Na ocorrência de erro, incorreção, inconsistência ou ausência de documentação necessária à liquidação da despesa, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida à CONTRATADA para regularização.

8.4.7. Na hipótese prevista no item anterior, o prazo para pagamento será contado novamente a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não sendo imputável ao CONTRATANTE qualquer encargo decorrente do atraso provocado pela necessidade de correção da documentação.

8.4.8. As **glosas decorrentes de indisponibilidade, ausência de comprovação da execução, descumprimento das condições contratuais ou outras irregularidades** deverão ser devidamente registradas no processo de medição, com a indicação dos respectivos fundamentos e valores.

8.4.9. Eventuais valores pagos indevidamente poderão ser objeto de compensação em pagamentos futuros ou de cobrança administrativa, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

8.4.10. O pagamento não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, nem impede a Administração de promover, posteriormente, a apuração de irregularidades verificadas na execução do objeto.

8.5. Da regularidade fiscal e trabalhista

8.5.1. Para fins de liquidação e pagamento, serão verificadas as condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista da CONTRATADA, na forma prevista na legislação e no instrumento convocatório.

8.5.2. A verificação poderá abranger, conforme exigível:

a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão relativa à Dívida Ativa Estadual;

f) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

g) Certidão relativa à Dívida Ativa Municipal; e

h) demais documentos cuja apresentação ou verificação seja exigida pela legislação aplicável.

8.5.3. A existência de pendência de regularidade fiscal, social ou trabalhista será tratada na forma da legislação aplicável, não implicando, por si só, a suspensão automática de pagamentos relativos a serviços regularmente executados, devendo a Administração observar as providências e os procedimentos legalmente cabíveis.

8.6. Da retenção e das glosas

8.6.1. A Administração poderá efetuar **glosas dos valores correspondentes às parcelas não executadas, não disponibilizadas, indisponíveis ou não comprovadas**, desde que devidamente apuradas e fundamentadas pelo Fiscal do Contrato.

8.6.2. A glosa deverá guardar correspondência com a parcela da execução que não foi efetivamente realizada ou disponibilizada, observando-se os preços unitários contratados.

8.6.3. A retenção de valores como medida cautelar somente será realizada nas hipóteses e condições admitidas pela legislação aplicável, mediante decisão devidamente fundamentada da autoridade competente, sem prejuízo do direito de manifestação da CONTRATADA nos casos em que seja exigível.

8.6.4. A Administração poderá adotar as medidas administrativas necessárias à recuperação de valores pagos indevidamente, observados o devido processo legal e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática

de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.11.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.11.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

9.13 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

9.14 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Bom Jesus de Itabapoana, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

9.15 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

10.1 Da Contratada:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

f) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

g) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

h) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

i) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

j) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

k) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

l) Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto compatível em características e complexidade.

m) Licenças e autorizações exigidas pela legislação para transporte e destinação de resíduos, quando relacionadas às caçambas estacionárias.

10.2 Da Contratante:

a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

h) demais condições constantes do edital de licitação;

JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A exigência de qualificação técnica para a futura contratação de empresa especializada na locação de ferramentas, andaimes e caçambas estacionárias encontra amparo na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nas disposições que autorizam a Administração a exigir documentação apta a comprovar que o licitante possui capacidade técnica e operacional para executar satisfatoriamente o objeto contratual.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional tem por finalidade demonstrar que o licitante reúne condições para executar o objeto da licitação com a qualidade, segurança, eficiência e regularidade exigidas pela Administração Pública.

Embora o objeto possua natureza predominantemente de locação, sua execução envolve significativa estrutura logística e operacional, compreendendo a disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de uso, transporte, entrega, substituição quando necessária, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, bem como a retirada destes nos prazos estabelecidos, exigindo da futura contratada experiência prévia compatível com as características do objeto.

No que se refere aos andaimes, a comprovação da capacidade técnica mostra-se indispensável em razão dos riscos inerentes à sua utilização em serviços de manutenção predial, construção, reformas e demais atividades executadas em altura. A disponibilização de equipamentos em desacordo com as normas técnicas ou em condições inadequadas de uso poderá comprometer a segurança dos trabalhadores e de terceiros, ocasionando acidentes, paralisações de serviços e prejuízos ao interesse público.

Da mesma forma, a locação de caçambas estacionárias demanda adequada capacidade logística para atendimento das solicitações da Administração, observância dos prazos de entrega e retirada, bem como o cumprimento das normas ambientais e de gerenciamento de resíduos aplicáveis à execução contratual, quando pertinente.

Quanto às ferramentas, a exigência de experiência operacional visa assegurar que os equipamentos disponibilizados estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento, submetidos às inspeções e manutenções necessárias, reduzindo riscos de falhas durante sua utilização e evitando interrupções na execução das atividades desenvolvidas pela Administração.

Dessa forma, revela-se proporcional e necessária a exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de objeto compatível em características com o pretendido pela Administração, demonstrando a aptidão operacional da licitante para executar satisfatoriamente o contrato.

Ressalta-se que a exigência será estabelecida em observância aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021, limitando-se ao estritamente necessário para assegurar a adequada execução do objeto, sem impor exigências excessivas ou capazes de restringir injustificadamente a participação de potenciais licitantes.

A qualificação técnica, portanto, não constitui medida restritiva à competitividade, mas mecanismo legítimo de mitigação de riscos contratuais, destinado a selecionar empresas que demonstrem capacidade operacional compatível com as obrigações assumidas, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos, para a eficiência da contratação e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os objetivos previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DE LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES PARA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

A exigência de apresentação das licenças, autorizações e demais documentos exigidos pela legislação aplicável para o transporte e a destinação de resíduos, quando relacionada à locação de caçambas estacionárias, justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada execute os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os princípios que regem as contratações públicas.

Embora o objeto da contratação compreenda a locação de ferramentas, andaimes e caçambas estacionárias, a utilização destas últimas envolve atividade potencialmente impactante ao meio ambiente, uma vez que contempla a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos acondicionados nas caçambas, atividades sujeitas ao controle e à fiscalização dos órgãos ambientais competentes.

Dessa forma, é imprescindível que a empresa responsável pela execução dessa parcela do objeto demonstre possuir as autorizações, licenças e habilitações legalmente exigidas para o exercício da atividade, garantindo que o transporte dos resíduos seja realizado por empresa regularmente autorizada e que sua destinação ocorra em locais licenciados pelos órgãos competentes, evitando descartes irregulares, danos ambientais, responsabilização da Administração Pública e aplicação de sanções administrativas, civis e penais.

A exigência encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência, da legalidade e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando que a Administração Pública deve adotar medidas destinadas à mitigação de riscos contratuais e ao cumprimento da legislação ambiental durante toda a execução contratual.

Além disso, a exigência está em consonância com a legislação ambiental aplicável, especialmente a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual estabelece a gestão ambientalmente adequada dos resíduos e atribui responsabilidades aos geradores e aos demais envolvidos na cadeia de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

Assim, a apresentação das licenças ambientais, autorizações de transporte, cadastro ou registro junto aos órgãos competentes e demais documentos legalmente exigíveis para a execução dessas atividades constitui medida necessária, proporcional e diretamente relacionada à parcela do objeto que envolve as caçambas estacionárias, não representando restrição indevida à competitividade, mas requisito indispensável para assegurar a execução contratual em conformidade com a legislação vigente e com a proteção do interesse público.

Ressalta-se que tais exigências deverão limitar-se exclusivamente aos documentos efetivamente previstos na legislação aplicável à atividade e somente serão exigidas da empresa que executar os serviços relacionados às caçambas estacionárias, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla competitividade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

11. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.2.1.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.2.1.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.2.1.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.2.1.4 deixar de apresentar amostra;

11.2.1.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.2.2 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

11.2.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.4 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

11.2.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.2.5 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

11.2.6 praticar fraude no certame ou na execução;

11.2.7 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

11.2.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.2.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.2.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.2.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.2.9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.2.10 praticar atos lesivo previstos no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2.11 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.12 advertência;

11.2.13 multa;

11.2.14 impedimento de licitar e contratar com a Administração Púbica do Município, por até 3 (três) anos;

11.2.15 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

11.4 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras

sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

11.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

11.5 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025; as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

VALOR ESTIMADOS DE CADA SECRETARIAS	
SECRETARIAS	***VALOR TOTAL***
SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	940.921,7360
SECRETARIA MUNICIPAL DA ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL	644.621,6400
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	141.538,3700
VALOR ESTIMADO GLOBAL TOTAL	**1.727.081,7460**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
1	25640	Locação de caçambas com capacidade mínima de 4,0 m³.	UNID	1.800	**161,200**
2	342207	Locação de betoneira 400L, 2CV, 220V.	DIA	1.350	**28,333**
3	481450	Locação de martelete rompedor 10 kg.	DIA	900	**66,300**
4	481450	Locação de martelete rompedor 16 kg.	DIA	180	**71,860**
5	468618	Locação de andaime tubular metálico, medida aproximada de 1,00 x 1,50 m.	DIA	135.000	**1,783**
6	468618	Locação de roda para andaime tubular metálico.	DIA	3.200	**1,537**
7	1767	Locação de escora metálica para lajes e/ou vigas, regulável de 2,0 m a 3,7 m.	DIA	74.000	**4,050**
8	487734	Locação de motosserra.	DIA	1.600	**65,917**
9	603376	Locação de roçadeira tipo nakashi de guidão.	DIA	1.340	**31,667**
10	486483	Locação de compactador liso para terraplenagem, vibratório.	DIA	970	**96,667**

11	601914	Locação de lavadora de alta pressão, 1800 psi, vazão 360 L/h.	DIA	1.890	**41,300**
12	21679	Locação de gerador elétrico.	DIA	1.700	**76,667**
13	19828	Locação de maquitão para corte em madeira de 10 cm.	DIA	2.000	**36,667**
14	19828	Locação de serra clip para corte de 14 cm em asfalto e concreto.	DIA	920	**96,667**
15	19828	Locação de placa vibratória 212 cilindradas.	DIA	1.000	**57,167**
16	19828	Locação de vibrador 220V, 2200W.	DIA	2.000	**55,607**

13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item, será de disputa aberto, critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois permite maior participação de fornecedores especializados, garantindo economicidade e competitividade.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços terá validade de até **12 (doze) meses**, com contagem iniciada a partir do primeiro dia útil subsequente à respectiva publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme estabelecido no Art. 183 e em observância aos termos do Inciso I, Art. 174 da Lei Federal 14.133/2021.

Consoante ao Art. 82, Inciso VI e Art. 84, os preços registrados nesta contratação serão fixos e irreajustáveis durante o 1° período de vigência da ARP. Quando da prorrogação, poderá, única e exclusivamente, ser aplicado o índice de correção inflacionária IPCA (IBGE), considerando-se o valor de reajuste relativo ao período de 1 ano anterior disponibilizado pelo IBGE, renovando os quantitativos. Isto, contudo, não excluirá a necessidade de comprovação prévia da vantajosidade dos preços atualizados, em atendimento ao Art. 84.

15. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

A contratação poderá ser realizada conforme demanda, por meio de **ordem de fornecimento** ou **instrumento contratual**, conforme art. 84, §2º da Lei nº 14.133/2021.
O prazo de entrega e demais condições constarão na minuta da Ata e do Edital.

16. DA FISCALIZAÇÃO

Os fiscais do contrato nomeados serão os seguintes, determinados por cada secretaria:

a. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público, terá como fiscal Geraldo Antonio Teodoro Lima, Coordenador de Fiscalização, portaria nº 351/2025. (Portaria em ID 00230761)

b. A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, terá como fiscal **Astrogildo Alves Caetano Junior**, portador da matrícula nº **11990**, ocupante do cargo de **Gerente de Transporte Público**, nomeado pela **Portaria nº 471/2025.** (Portaria em ID 00223380)

c. A Secretaria Municipal de Educação, terá como fiscal Manoel Messias da Silva Givigi – Matrícula/ID 396 – Cargo/Função: Coordenador Administrativo da Educação. (Portaria em ID 00221733)

17. FONTES DE RECURSOS

a. O Processo Administrativo nº BJI-030214/000123/2026 (ID 00173688), da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho

3.3.90.39	705 e 720	268 e 269	15.451.0124.2011.0001

b. O Processo Administrativo nº BJI-030214/000123/2026 (ID 00175757), da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.39	720	693	06.182.0123.2172.2172

c. O Processo Administrativo nº BJI-030214/000123/2026 (ID 00216803), da Secretaria Municipal de Educação, tem previsão de despesa abaixo apontada:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.39	573 e 550	163 e 159	12.361.0130.2632.2632
3.3.90.39	573 e 550	218 e 215	12.365.0130.2633.0000
3.3.90.39	550	231	12.365.0130.2634.0000
3.3.90.39	550 e 573	251 e 254	12.366.0130.2635.0000

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

18.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos.

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s)empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s)quantidade(s)cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item (ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo *..... do edital de Licitação nº...../2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.3.Valor da ata: R$ xxx

2.4- Quantitativo pro secretaria:

QUANTITATIVOS de LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS, ANDAIMES E CAÇAMBA ESTACIONÁRIAS de diversas Secretarias do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ - 2026							
ITEM	**CATMAT**	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UND**	**INFRAESTRUTURA**	**ORDEM PÚBLICA**	**EDUCAÇÃO**	**QUANT. TOTAL**
1 Ampla concorrência	25640	Locação de caçambas com capacidade mínima de 4,0 m³.	UNID	800	800	200	**1.800**
2 **Exclusivo para ME E EPP**	342207	Locação de betoneira 400L, 2CV, 220V.	DIA	1.000	-	350	**1.350**
3 **Exclusivo para ME E EPP**	481450	Locação de martelete rompedor 10 kg.	DIA	400	400	100	**900**

4 **Exclusivo para ME E EPP**	481450	Locação de martelete rompedor 16 kg.	DIA	80	80	20	**180**
5 Ampla concorrência	468618	Locação de andaime tubular metálico, medida aproximada de 1,00 x 1,50 m.	DIA	60.000	60.000	15.000	**135.000**
6 **Exclusivo para ME E EPP**	468618	Locação de roda para andaime tubular metálico.	DIA	1.600	1.600	-	**3.200**
7 Ampla concorrência	1767	Locação de escora metálica para lajes e/ou vigas, regulável de 2,0 m a 3,7 m.	DIA	32.000	32.000	10.000	**74.000**
8 Ampla concorrência	487734	Locação de motosserra.	DIA	800	800	-	**1.600**
9 **Exclusivo para ME E EPP**	603376	Locação de roçadeira tipo nakashi de guidão.	DIA	1.040	-	300	**1.340**
10 Ampla concorrência	486483	Locação de compactador liso para terraplenagem, vibratório.	DIA	920	-	50	**970**
11 **Exclusivo para ME E EPP**	601914	Locação de lavadora de alta pressão, 1800 psi, vazão 360 L/h.	DIA	920	920	50	**1.890**
12 Ampla concorrência	21679	Locação de gerador elétrico.	DIA	800	800	100	**1.700**
13 **Exclusivo para ME E EPP**	19828	Locação de maquitão para corte em madeira de 10 cm.	DIA	1.000	1.000	-	**2.000**
14 Ampla concorrência	19828	Locação de serra clip para corte de 14 cm em asfalto e concreto.	DIA	920	-	-	**920**

15 **Exclusivo para ME E EPP**	19828	Locação de placa vibratória 212 cilindradas.	DIA	1.000	-	-	**1.000**
16 Ampla concorrência	19828	Locação de vibrador 220V, 2200W.	DIA	1000	1000	-	**2.000**

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de xxxx, demais órgãos:xxxxx

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

· Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

· Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

· Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

.4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões

4.7.1- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado apartir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com renovação de quantitativo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

· Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

· Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observada à classificação da licitação; eMantiverem sua proposta original.

5.8.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8.2. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

· Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;*

· Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços .

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.8.4, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

· Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação,com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

· Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 Aexistênciadepreçosregistradosimplicarácompromissodefornecimentonascondições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e **o índice de reajuste IPCA para esta contratação;**

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1.De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5. Por razão de interesse público;

9.5.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.2.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.2.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.2.3 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

10.2.4 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.5 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

10.2.5.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.6 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

10.2.7 praticar fraude no certame ou na execução;

10.2.8 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

10.2.9 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.9.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.9.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.9.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.2.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.2.11 praticar atos lesivo previstos no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2.12 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.13 advertência;

10.2.14 multa;

10.2.15 impedimento de licitar e contratar com a Administração Púbica do Município, por até 3 (três) anos;

10.2.16 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

10.4 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

8.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

10.5 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência..

10.6 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

10.7. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.8. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãosou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.9. O órgãoou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do

fornecedor.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. O fornecimento será efetuado no prazo de **xx(xxxx) dias**, conforme quantidade, local e horário especificado no Termo de Referência.

11.2. A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

11.2.1. O fornecimento será realizado no prazo máximo estipulado no item 11.1 e começará a fluir a partir da solicitação.

11.2..2 Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens lacradas, com a identificação dos produtos, fazendo constar sua descrição e incluindo marca, fabricante, data de fabricação, validade e outras especificações, de acordo com suas características.

11.2.3 Os produtos solicitados deverão ser entregues conforme solicitação das secretarias solicitantes e em conformidade com o termo de referencia e anexo V do edital.

11.2.4 O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente autuado em processo.

11.3- Serão obrigações da Contratada:

- Manter durante a vigência da contratação compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e exigidas no edital;
- Fornecer/realizar os produtos/serviços no local estipulado, obedecendo quantitativos e diretrizes solicitados;
- Comunicar à CONTRATANTE, dentro de prazo hábil, os motivos que impossibilitem o cumprimento de ordem de entrega ou de execução de serviços. Casos não justificáveis e devidamente embasados serão passíveis de penalização.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13 DAS ADEQUAÇÕES ORÇAMENTARIAS

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento das secretarias solicitantes:

xxxxxxx

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus

respectivos substitutos.

13.2. Fica instituído os Servidores: xxxxxxxxxx

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, **em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo**, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativas SEGES/ME nº 77/2022, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa

b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federa;

c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

15.2. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15.3. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15.3.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato

16. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

AO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026 - PMBJI

OBJETO: xxxx

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia:_____ Razão Social:

_____ Insc. Est.: _____Endereço:_____ Bairro: _____Cidade: _____CEP: _____E-mail:_____ Telefone: _____Fax:_____ Responsável pela assinatura do contrato:_____ Telefone: _____Banco: _____Conta Bancária:_____ Nome _____e nº. da Agência:_____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026-PMBJI.**

Para tanto, oferecemos a esse órgão **o valor total de R$ _____** para o referido Pregão, conforme abaixo.**Exclusivo para ME E EPP**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	Preço unitário	Preço global
1	25640	Locação de caçambas com capacidade mínima de 4,0 m³.	UNID	1.800		
2 **Exclusivo para ME E EPP**	342207	Locação de betoneira 400L, 2CV, 220V.	DIA	1.350		
3 **Exclusivo para ME E EPP**	481450	Locação de martelete rompedor 10 kg.	DIA	900		
4 **Exclusivo para ME E EPP**	481450	Locação de martelete rompedor 16 kg.	DIA	180		
5 6 **Exclusivo para ME E EPP**	468618 468618	Locação de andaime tubular metálico, medida aproximada de 1,00 x 1,50 m. Locação de roda para andaime tubular metálico.	DIA DIA	135.000 3.200		
7	1767	Locação de escora metálica para lajes e/ou vigas, regulável de 2,0 m a 3,7 m.	DIA	74.000		
8	487734	Locação de motosserra.	DIA	1.600		
9 **Exclusivo para ME E EPP**	603376	Locação de roçadeira tipo nakashi de guidão.	DIA	1.340		
10	486483	Locação de compactador liso para terraplenagem, vibratório.	DIA	970		
11 **Exclusivo para ME E EPP**	601914	Locação de lavadora de alta pressão, 1800 psi, vazão 360 L/h.	DIA	1.890		
12	21679	Locação de gerador elétrico.	DIA	1.700		

13 **Exclusivo para ME E EPP**	19828	Locação de maquitão para corte em madeira de 10 cm.	DIA	2.000		
14	19828	Locação de serra clip para corte de 14 cm em asfalto e concreto.	DIA	920		
15 **Exclusivo para ME E EPP**	19828	Locação de placa vibratória 212 cilindradas.	DIA	1.000		
16	19828	Locação de vibrador 220V, 2200W.	DIA	2.000		

A Empresa proponente declara:

1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.

3)A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo I.**

5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **objeto**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Bom Jesus do Itabapoana, na data da assinatura

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Degli Esposti Garcia**, **Secretário Municipal**, em 07/10/2026, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://noroeste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00319297** e o código CRC **F7453D14**.

Rua Salim Daruich Tannus, 20, - Bairro Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, CEP 28360-000
Telefone: